

O que aprender com a crise de Essequibo?

Lições para a Defesa Nacional

Data de submissão: 20 de setembro de 2024 Data de aprovação: 30 de setembro de 2024

Augusto W. M. Teixeira Júnior*
Horácio de Sousa Ramalho**

Resumo Executivo

As primeiras décadas do século XXI têm demonstrado que o uso da força militar - de forma latente e manifesta - não consiste em um evento esporádico ou acidental, mas sim um instrumento da política de poder entre as nações. Da guerra russo-ucraniana de 2022 à guerra em Gaza, atores estatais e não-estatais usam a gramática da força para avançar os seus desígnios políticos. Não obstante a América do Sul seja uma região caracterizada pela prevalência de paz negativa (Mares, 2012), onde raros são os eventos de conflito armado interestatal, a região ainda possui diversas disputas territoriais, tanto latentes como ativas. Entre estas, o caso de Essequibo é um tema candente desde o século XIX, sendo uma questão nacional suprapartidária na Venezuela com severas implicações para a geopolítica e segurança regional na atualidade.

Entre os aspectos centrais do presente estudo, a crise de Essequibo emerge como uma oportunidade de aprendizado para a Defesa Nacional. O caso em tela ilustra não apenas como a estrutura político-militar nacional reage em um contexto de potencial conflito violento em nossas fronteiras, mas permite identificar como nossas vulnerabilidades podem facilmente se converter em riscos e ameaças. Isto se dá em virtude da compreensão de que o sistema internacional passa por um processo de transformação, tanto no que diz respeito à erosão da ordem liberal ocidental, como na reconfiguração da distribuição de poder global, também definida como polaridade. Entre os efeitos desse processo de mudança sistêmica, o uso da força militar tende a se tornar um evento mais provável, ensejando o aumento da fungibilidade do uso da força em um contexto global mais violento.

*Doutor em Ciência Política (UFPE), realizou estágio pós-doutoral em Ciências Militares pelo IMM-ECEME. Professor Associado II do Departamento de Relações Internacionais da UFPB. Pesquisador PQ CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI).

**Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI).

Este quadro é de notável relevância para o Brasil. Apesar de sua condição de periferia geopolítica, tradicionalmente distante dos grandes polos de conflito internacional, eventos como a crise de Essequibo demonstram a plausibilidade de que o uso da força militar pode desencadear uma situação de beligerância com severas repercussões para o Brasil. Nesse sentido, este *policy paper* guia-se pelo objetivo de, a partir da análise do problema e identificação de suas implicações para o Brasil, sugerir recomendações com fins de mitigar as nossas vulnerabilidades. Estas, são aqui identificadas em seu aspecto crítico como: a) inexistência de uma Estratégia Nacional; b) falha de percepção acerca de como opera a dissuasão; e c) incapacidade institucional do Ministério da Defesa de operar como uma “ponte estratégica”.

Palavras-chave: estratégia; poder militar; Defesa Nacional; crise de Essequibo; Brasil.

1 ANÁLISE DO PROBLEMA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA

A mais recente crise envolvendo Venezuela e Guiana, também conhecida como Crise de Essequibo, consiste em um formidável estudo de caso para a extração de lições para a Defesa no Brasil. A supracitada crise, cuja escalada mais expressiva se deu entre 2023/2024, se caracteriza pelo somatório de eventos - domésticos e internacionais - que mais do que causa, constituem efeitos da transformação da América do Sul no tabuleiro geopolítico das grandes potências (Teixeira Júnior, 2018). Ainda no início do presente século, a Venezuela passou por um processo de alinhamento estratégico, primeiro com a Rússia, e em seguida com a China. Como desdobramento do primeiro, ocorre uma relevante modernização militar focada em meios e na estrutura de defesa no país. Para além da cooperação técnico-militar, a Venezuela passou a ser um possibilitador de ações de balanceamento duro – *Hard Balancing* – no Hemisfério Americano por parte de potências rivais dos Estados Unidos. Na quadra que se aprofunda entre 2015-2017, a crise doméstica da Venezuela transborda para a região, fazendo os seus efeitos se sentirem com maior intensidade. Se inicialmente a crise humanitária provocou uma onda de refugiados para toda a América Latina, mais recente, com o risco de uso da força para resolução de litígios territoriais, tensiona ainda mais a região.

Nesse diapasão, cabe indagar: por qual razão a crise de Essequibo se diferencia de outros momentos de “disputas militarizadas interestatais”, como a crise entre Venezuela e Colômbia de 2008? Distinto deste episódio, a crise de 2023/2024 ocorre em um momento de

fragilidade interna do regime bolivariano, em um contexto internacional marcado pela “normalização” do uso da força como instrumento de resolução de conflitos político-territoriais. Enquanto a crise entre Caracas e Bogotá em 2008 contribuiu para a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, o quadro atual é marcado por forças centrífugas no tocante à integração e à cooperação regional. Tão relevante quanto a crise do regionalismo sul-americano, Rússia e especialmente China, atores protagonistas na emergência da multipolaridade, apoiam o governo Maduro e possuem vultosos interesses e investimentos no país caribenho. Como se percebe, a reconfiguração do tabuleiro regional da América do Sul se dá de forma conexa ao quadro de acirramento da competição geopolítica entre EUA, China e Rússia. Assim, apesar da condição periférica da América do Sul na competição global, a Venezuela consiste em uma oportunidade para Rússia e China estarem presentes no Hemisfério Americano e, por sua vez, balancear os EUA na sua retaguarda geoestratégica.

A avaliação do cenário geopolítico acima, em tese, transmite um entendimento no qual esperar-se-ia da potência regional sul-americana – o Brasil – não apenas uma reação às inflexões de poder entre os níveis regional e global, mas uma ação proativa com vistas a assegurar liberdade de ação e iniciativa política naquilo que se intitula de “entorno estratégico brasileiro” e “ambiente regional”. Entretanto, como reagiu o governo brasileiro diante dos eventos acima retratados? É neste ponto que os problemas identificados apontam para severas implicações para a Defesa. No nível político, desde janeiro de 2023 o governo brasileiro buscou inserir a Venezuela ao estado de normalidade diplomática na região, atuando para o seu reingresso a instituições de cooperação e integração. A busca por soluções e compromissos atenderam a essa lógica, como demonstrado pela tentativa de liderança brasileira na VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em São Vicente e Granadinas. Considerando a dissuasão como uma atitude estratégica e como capacidade, mas na ausência de uma estratégia dissuasória, no nível da defesa, ocorreu o reforço de Organizações Militares do Comando Militar da Amazônia, em especial em Roraima, com o singelo aumento de efetivos e envio de meios de emprego militar.

Concorde-se ou não com a opção da Política Externa Brasileira e da Defesa, não são as preferências ideológicas de governo A ou B que importam nesta avaliação, mas sim os efeitos da inexistência de uma estratégia nacional – ou grande estratégia – para iluminar a ação. A ausência de uma ponte estratégica a coordenar as preferências do nível político com os diversos instrumentos do poder, dentre os quais o militar, é ainda mais pernicioso no contexto em que a Venezuela ameaçava invadir e anexar cerca de dois terços do território de

outro país, ambos vizinhos do Brasil, com a potencial participação de potências extrarregionais – de forma direta e indireta – em caso de escalada da crise.

Entretanto, o exame da situação presente poderá iludir o analista em sua análise estratégica. Passados os meses de maior tensão, em uma primeira análise, o leitor poderá pensar que como não ocorreu a escalada qualitativa de crise para guerra entre Venezuela e Guiana e nem a Venezuela usou o território brasileiro, a dissuasão brasileira funcionou. Contudo, inferir isso é o primeiro erro a que se pode chegar na avaliação da crise sob a perspectiva do comportamento do Brasil. Entretanto, em que consiste a dissuasão?

De forma geral, a dissuasão visa a convencer um determinado ator a não cometer uma ação indesejada, como no caso, um ato de força militar. A dissuasão ocorre essencialmente ao afetar o comportamento de um interlocutor, afetando o seu cálculo racional sobre perseguir ou não em uma ação diante de riscos potencialmente mais elevados que os ganhos estimados. Isto pode ser alcançado sob a forma de negação – em que aquele que busca convencer alguém a não agir sinaliza custos insuportáveis à ação; mas também pode se dar sob a forma de punição – em que o custo da ação não se dá necessariamente pelo risco de destruição de suas forças mobilizadas para a ação ofensiva, mas a destruição ou degradação de ativos nacionais de elevado valor material ou moral (cidades, infraestruturas, população).

Este entendimento acerca da dissuasão está associado a três pressupostos básicos, os quais escapam à experiência brasileira. Primeiro, de que a dissuasão é uma forma de coerção estratégica (Schelling, 1966). Segundo, como uma modalidade estratégica, a dissuasão demanda a constituição de uma estratégia própria. Terceiro, uma estratégia - ou combinação destas - tem como Norte os objetivos políticos estabelecidos, conectando-os com a devida seleção dos meios e formas. Se a estratégia consiste em uma “ponte” que conecta objetivos políticos e ações, temos essa “ponte”?

Quais eram os objetivos do Brasil quando da escalada da crise de Essequibo? Podemos inferir que dentre as potenciais preferências estavam: 1) a contenção da escalada; 2) evitar a invasão/anexação territorial; e 3) o uso do território brasileiro para este fim. Segundo, se estes eram os objetivos, qual foi a estratégia adotada? Como mencionado previamente, o governo brasileiro optou por apostar no 1) elevado custo da ação por parte da Venezuela, 2) na sua condição de potência regional, cuja dissuasão seria reflexo de sua capacidade de defesa e mais importante, 3) através da ação político-diplomática através do fornecimento de incentivos positivos para desestimular a agressão. Contudo, o que de dissuasório tem esse curso de ação?

Como discorremos anteriormente, a dissuasão opera na mente do interlocutor afetando os seus cálculos sobre agir ou não. Para tal, devem-se verificar três componentes: capacidade, credibilidade e mensagem.

No que toca às *capacidades*, ocorreu o reforço de pessoal de Organizações Militares em Roraima, bem como a transformação do esquadrão de cavalaria em Boa Vista no 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada. Foram enviados meios blindados sobre rodas, os Guaicurus (reconhecimento e transporte de tropas), que se somaram aos blindados Guaranis e EE-9 Cascavel que já lá estavam e, mais recentemente, mísseis anticarro MSS 1.2 AC (Godoy; Exército..., 2023). Em adição, devemos salientar que a geografia em que se desenrolou a crise é desafiadora, trazendo consigo desafios logísticos para efeitos de sustentação de forças militares de grande monta. No entanto, apesar do auxílio da Força Aérea auxiliando com o transporte de armamento, munição e equipamentos (Feitoza, 2023), nota-se um esforço concentrado no Exército Brasileiro. Opção logística ou falta de capacidade, é fato que não obstante a extensa guisa de programas e projetos estratégicos das Forças Armadas que se encontram há décadas em desenvolvimento, observa-se que muitos não estão disponíveis na quantidade ou qualidade que seriam necessárias para dotar o país de meios para uma reação mais assertiva diante da crise no norte do país. Dos programas de aeronaves de transporte KC-390 e aviação de caça F-39 da Aeronáutica, até ao programa de mísseis e foguetes ASTROS, a programas de forças blindadas e a falta de uma defesa antiaérea de médio e longo alcance do Exército, é necessário confrontar o que foi a resposta brasileira à crise com um modelo ideal desejável para se evitar a possibilidade de guerra em suas fronteiras. Depreende-se dessa avaliação que, se houve intento dissuasório no que tange a meios, este o fora, no mínimo, insuficiente.

Contudo, não obstante a relevância dos meios, para a dissuasão funcionar, não basta ser capaz, há de ser crível. No que concerne à *credibilidade*, destacou-se a declaração mais forte do Ministro da Defesa José Múcio, em que afirmava que o Brasil não aceitaria ter o seu território invadido (Gomes e Sarmiento, 2023). Entretanto, no que compete à *mensagem*, no nível político, buscou-se o apaziguamento por ações bilaterais e a costura de acordos multilaterais via CELAC, por exemplo (Caso..., 2023). Já a Venezuela, por sua vez, mostrou-se mais assertiva nas suas ações, com a lei de defesa do Essequibo, criação do estado com o mesmo nome (Zanfer, 2024), criação de um comando militar responsável pela região e envio de meios/pessoal (Hernández, 2023). Ou seja, não foram sinalizados custos a uma ação militar, ocorrendo, por sua vez, a ênfase no instrumento diplomático.

O que isto nos diz sobre a dissuasão brasileira? Nada, pois se infere que não possuímos uma adequada estratégia dissuasória. De uma forma geral, os documentos de Política e Estratégia Nacional de Defesa concebem a dissuasão como uma “atitude estratégica”, uma “capacidade”, da qual inferimos, ocorre enquanto efeito da estrutura (organizacional, material, doutrinária etc.) da Defesa. Ou seja, não é vista, percebida ou perseguida como uma estratégia em si. Isto torna-se ainda mais nocivo pelo fato de que a dissuasão enquanto estratégia opera em íntima consonância com o nível político.

2 RECOMENDAÇÕES

2.1 REAVALIAÇÃO DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO GLOBAL E REGIONAL

- Compreendemos que urge reconhecer que o cenário geopolítico mudou. Não obstante a tradição da Política Externa Brasileira prime pela resolução pacífica de controvérsias, o apreço por soluções multilaterais, a não-intervenção e princípios correlatos, o sistema internacional contemporâneo vive a erosão dos pilares da ordem liberal erigida no pós-Segunda Guerra Mundial. A capacidade de *enforcement* do direito internacional é mitigada, ao passo que a fungibilidade da força militar se torna mais atrativa por parte de distintos países no sistema;
- Cabe compreender por parte da mais alta esfera política nacional que o padrão da distribuição de poder internacional em curso ruma a uma forma de multipolaridade, provavelmente desequilibrada. Essa condição estrutural do sistema tende a ser mais propensa ao conflito armado e à instabilidade, com repercussões diretas e indiretas para o Brasil. Dentre as quais, está o uso da força como resultado provável da interação estratégica entre estados da região, inclusive em nossas fronteiras.

2.2 A DEFESA É DEVER DE TODOS DEVE IR ALÉM DO *SLOGAN*

- O Poder Executivo, independente do governo, deve ter clareza dos objetivos políticos aos quais persegue no campo da defesa e segurança. A compreensão da multidimensionalidade dos desafios e do poder deve ensejar uma visão de que o Poder Executivo deve engajar os demais poderes da República;

- Para fins de elaboração de uma Estratégia Nacional que sobreviva às turbulências políticas e transições de poder, cabe estruturar e reinserir o Conselho de Defesa Nacional como instância relevante em momentos de crise;
- Nesse diapasão, cabe ao Executivo Federal a identificação/criação de uma instância executiva apta a coordenar ações interministeriais no sentido de coordenação de uma Estratégia Nacional, a exemplo de uma Secretaria de Assuntos Estratégicos - vinculada diretamente à Presidência da República, devidamente forte e estruturada para tal missão.

2.3 FORTALECIMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA E CONDUÇÃO POLÍTICA DA DEFESA

- A ausência de condução política da defesa (Teixeira Júnior, 2023) enseja a necessidade de modernização do Ministério da Defesa enquanto formulador da política de defesa quando da sua criação. Uma política de defesa possui a tarefa de “compatibilizar a capacidade de combate e os custos das forças com as metas políticas dos governos na cena internacional” (Proença Júnior e Diniz, 1998);
- Nesse sentido, junto com um Estado-Maior Conjunto ativo, deve delinear o desenho que as forças possuirão em sua ação integrada o máximo possível, salvo situações de extrema especificidade, geralmente determinadas por condicionantes geográficas. No entanto, agir ao máximo como o órgão de concepção da integração das atividades de comando, planejamento, preparo, emprego e atualização das forças armadas (Proença Júnior e Diniz, 1998). Isto diz respeito a aspectos que vão da doutrina e organização até os programas de sistemas de armas utilizados pelas forças, entre outras questões;
- Ou seja, aspectos que estão sob uma política de defesa e que, por seu caráter político, ainda mais em um regime democrático como o brasileiro, estão sujeitos às peculiaridades do debate político, como diferentes opiniões sobre políticas públicas ou para onde os escassos recursos do orçamento serão direcionadas, isso na competição das burocracias pelo orçamento. Além disso, o próprio funcionamento das organizações nas suas referidas áreas de atuação. Mais ainda, o Ministério da Defesa precisa ser uma agência que atue em consonância com os

outros órgãos governamentais para a geração de respostas efetivas e eficientes em tempos de paz e conflito.

2.4 DEFESA SE FAZ *TOP-DOWN* E NÃO *BOTTOM-UP*

- Algumas das principais potências militares do globo, além de centralizarem o orçamento de defesa no referido órgão responsável pelo setor, também buscam uma maior integração entre os ramos das forças armadas, com base no princípio da unidade de comando. Esta medida permite a realização de ações conjuntas por parte das forças singulares, bem como uma melhor coordenação com outras agências;
- Nos EUA, que possuem capacidade de projeção por todo o mundo, o chamado *Goldwater-Nichols Reorganization Act* de 1986 reorganizou as forças armadas do país e criou os *Unified Combatant Commands*, integrando (Locher III, 2001) os serviços em áreas de responsabilidade em regiões do mundo, além de o fazer também por funções, entre as quais um comando estratégico para lidar com as armas nucleares do país, operações especiais, logística, operações cibernéticas e outros. E mesmo outros países têm seguido a mesma lógica, a despeito de não projetar poder em escala global, mas para uma melhor geração de integração para o combate e racionalização dos recursos, entre os quais China e Índia (Alsaied, 2023; Singh, 2024);
- Sugere-se, nesse contexto, a substituição da redação do Parágrafo 3º, Art 12 da Lei Complementar Nº 97 de 9 de junho de 1999, para que a gestão orçamentária seja realizada pelo Ministério da Defesa, concentrando-o na referida pasta, para assegurar uma melhor coordenação entre os projetos das forças, racionalização de recursos e coerência doutrinária e operacional para objetivos de desenho de força e as necessidades mais urgentes quanto às capacidades desejadas;
- No nível operacional faz-se necessário retomar a avaliação para posterior implementação de comandos operacionais conjuntos permanentemente ativados, favorecendo assim uma logística integrada, uso de modais aéreos e navais – para além daqueles terrestres e a concentração prévia de meios em estruturas modulares aptas a operar conjuntamente em um potencial teatro de operação.

2.5 PLANEJAMENTO NÃO É ESTRATÉGIA, DISSUASÃO NÃO É UM MERO EFEITO

- Planejamento não é estratégia, tal como a dissuasão não é um necessário efeito imediato da estrutura de defesa de um país. A existência de planejamentos subsetoriais no âmbito das Forças Singulares e o esforço pela implementação do Planejamento Baseado em Capacidades são, por essência, distintos do esforço de construção de uma estratégia que conecte os níveis político ao operacional e tático. Entretanto, sem a clareza no tocante a objetivos políticos a perseguir, uma estratégia perde o referencial para o qual é erigida. Assim, para conectar a política com a Defesa e os militares, cabe o acréscimo da participação qualificada no ambiente da Defesa a influir sobre as suas políticas e decisões. Sem essa devida oxigenação, a Defesa continuará a ser um alicerce no esforço das Forças se gerirem ao invés da construção de um real poder militar, instrumento do poder político nacional;
- Conforme denota a crise de Essequibo, a ausência de uma estratégia, de capacidade e de credibilidade pode custar muito caro em um mundo em que a fungibilidade da força militar ganha maior realce. Pensar estratégia é preciso, fazer estratégia é dever.

REFERÊNCIAS

ALSAIED, J. The People's Liberation Army's Command and Control Affects the Future of Out-of-Area Operations. **Journal of Indo-Pacific Affairs**, v. 6, n. 3, 2023.

CASO de Essequibo não deve ser levado à OEA, diz Amorim. **Poder360**, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/caso-de-essequibo-deve-ser-discutido-na-celac-diz-amorim/>. Acesso em: 19 set. 2024.

EXÉRCITO envia mísseis anticarro MSS 1.2 AC para a fronteira com a Venezuela. **Blog ForTe**, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2023/12/18/exercito-envia-misseis-anticarro-mss-1-2-ac-para-a-fronteira-com-a-venezuela/>. Acesso em: 19 set. 2024.

FEITOZA, C. Exército envia 16 blindados para Roraima ante possível conflito Venezuela-Guiana. **Folha de São Paulo** [online], Brasília, 5 dez. 2023. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/exercito-envia-16-blindados-para-roraima-ante-possivel-conflito-venezuela-guiana.shtml#:~:text=O%20Ex%C3%A9rcito%20brasileiro%20decidiu%20antecipar,co%20%C3%A9%20rica%20em%20petr%C3%B3leo](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/exercito-envia-16-blindados-para-roraima-ante-possivel-conflito-venezuela-guiana.shtml#:~:text=O%20Ex%C3%A9rcito%20brasileiro%20decidiu%20antecipar,co%20%C3%A9%20rica%20em%20petr%C3%B3leo.). Acesso em: 19 set. 2024.

MARES, D. R. **Latin America and the Illusion of Peace**. International Institute for Strategic Studies, Adelphi series. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2012.

GODOY, M. Exército envia mísseis contra ameaça blindada para defesa de Roraima. *Defesa Aérea & Naval*, 18 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/exercito-envia-misseis-contrameaca-blindada-para-defesa-de-roraima>. Acesso em: 19 set. 2024.

GOMES, P. H.; SARMENTO, N. Múcio vê 'manobra política' de Maduro e diz que Brasil não permitirá uso de território para Venezuela invadir Guiana. **G1**, Brasília, 11 dez. 2023. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/11/mucio-ve-manobra-politica-de-maduro-e-diz-que-brasil-nao-permitira-uso-de-territorio-para-venezuela-invadir-guiana.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024.

HERNÁNDEZ, C. E. Venezuela crea el Estado Guayana Esequiba y lo enmarca en la Región Estratégica de Defensa No. 6. **Infodefensa.com**, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/4644159/venezuela-crea-estado-guayana-essequiba-enmarca-region-estrategica-defensa-no-6>. Acesso em: 19 set. 2024.

JUSTIÇA nega pedido liminar para responsabilizar Governo Federal por solução na crise da Avibras. **G1 - Vale do Paraíba e Região**, 14 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2024/09/14/justica-nega-pedido-liminar-para-responsabilizar-governo-federal-por-solucao-na-crise-da-avibras.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024.

LOCHER III, J. R. Has It Worked? The Goldwater-Nichols Reorganization Act. **Naval War College Review**, v. 54, n. 4, p. 95-115, 2001.

PROENÇA JUNIOR, D.; DINIZ, E. **Política de defesa no Brasil**: uma análise crítica. Edições Humanidades, 1998.

REDUÇÃO de recursos atrasa modernização das Forças Armadas. **CNN Brasil**, 1 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/reducao-de-recursos-atrasa-modernizacao-das-forcas-armadas/>. Acesso em: 19 set. 2024.

SCHELLING, T. C. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 1966.

SINGH, R. Creation of theatre commands to enhance national security on track: Modi. **Hindustan Times**, New Delhi, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/creation-of-theatre-commands-to-enhance-national-security-on-track-modi-101719947048622.html>. Acesso em: 05 de setembro de 2024.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil. *Centro De Estudos Estratégicos Do Exército: Artigos Estratégicos*, 5(2), 7-30. 2018. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEArE/article/view/2096>.

TEIXEIRA JÚNIOR, A.W. M. Priorização, Capacidades Militares e Defesa no Brasil: uma análise à luz da guerra russo-ucraniana. **Revista de Geopolítica**, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2023.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. As lições da crise de Essequibo ? Por uma grande estratégia brasileira. **Revista Interesse Nacional**. 2024. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/portal/augusto-w-m-teixeira-junior-as-licoes-da-crise-de-essequibo-por-uma-grande-estrategia-brasileira/>. Acesso em: 20 set. 2024.

ZANFER, G. Maduro promulga lei que anexa território guianense de Essequibo à Venezuela. **CNN Brasil**, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/maduro-promulga-lei-que-anexa-territorio-guianense-de-essequibo-a-venezuela/>. Acesso em: 19 set. 2024.